

Democracia, Meio Ambiente e o Congresso Nacional

Marcos Woortmann

Resumo

A conjuntura política e ambiental do Congresso Nacional reflete o período atual de crise e reequilíbrio democrático no Brasil. A rejeição à ciência e a baixa convergência representativa para a agenda ambiental refletem também fatores estruturais de uma democracia jovem como a brasileira, e apontam para um processo longo de acomodação e equilíbrio entre os poderes, em que o legislativo se fortaleceu grandemente nos últimos anos. Tal cenário propõe desafios à governabilidade do país e a uma agenda ambiental mínima que responda às mudanças climáticas. A participação da sociedade civil organizada é imprescindível para o amadurecimento democrático do sistema político, sua abertura a políticas baseadas em ciência, o respeito à diversidade, maior transparência e accountability.

Abstract

The political and environmental conjuncture of the National Congress reflects the current period of crisis and democratic rebalancing in Brazil. The rejection of science and the low representative convergence towards the environmental agenda also reflect structural factors of a young democracy such as Brazil's, and point to a long process of accommodation

and balance between powers, in which the legislature has been greatly strengthened in recent years. Such a scenario poses challenges to the country's governability and to a minimum environmental agenda that responds to climate change. The participation of organized civil society is essential for the democratic maturation of the political system, its openness to science-based policies, respect for diversity, greater transparency and accountability.

1. Conjuntura histórica e crise democrática

Analisar a atual conjuntura política do Congresso Nacional brasileiro requer dar alguns passos atrás de modo a entender certos panos de fundo históricos, culturais e mesmo ontológicos de nosso país.

A democracia brasileira viveu, em janeiro ano de 2023 seu maior desafio desde 1988. As sedes dos três poderes da república foram invadidas, depredadas e vilipendiadas simbolicamente, em atos antidemocráticos com a conivência de autoridades públicas. Os atos conduzidos por uma massa de manifestantes, alguns de conotação escatológica, e violenta encontram paralelo apenas no ocorrido em janeiro de 2022, nos Estados Unidos, quando da invasão do Capitólio.

Em ambos os casos, presidentes populistas de perfil autoritário atuaram sistematicamente visando a erosão das instituições democráticas, mobilizando por meio de seus mandatos a opinião pública a suscitar desconfianças quanto ao livre exercício das eleições. Ao colocar publicamente em dúvida o mecanismo eleitoral em ambos os países, Donald Trump e Jair Bolsonaro seguiram o mesmo roteiro, buscando a identificação de si mesmos como figuras “outsiders”, que implementariam mudanças radicais de maneira a “resgatar” o país de quem os havia roubado, assim “reaproximando” a política de quem se sentia abandonado por ela. A esse passo, seguiu-se a eleição dos inimigos internos. No caso dos EUA, as “elites”, os imigrantes e os liberais foram as vítimas escolhidas. No caso do Brasil, os inimigos internos escolhidos, além das esquerdas, foram o poder judiciário, as minorias em geral, os grupos de

comunicação, e, sobretudo, as ongs, os ambientalistas, os povos indígenas e a academia.

Por uma margem de votos menor que a margem de erro de pesquisas eleitorais, ambas as candidaturas presidenciais de Donald Trump e Jair Bolsonaro não obtiveram a reeleição, prevenindo aquilo que seria, muito provavelmente, um movimento coordenado de erosão gradual das democracias do Brasil e dos Estados Unidos. O processo em que democracias se tornaram autocracias eleitorais, como na Turquia, Rússia, Hungria, Venezuela e Filipinas, bem como exemplos em consolidação (ou disputa), Israel e na Polônia, demonstram o refluxo dos valores democráticos internacionalmente, com reflexos em todo o mundo, e no Brasil também. Neste tocante, a pesquisa A Cara da Democracia, publicada pelo IDDC-INCT, revela que 79% dos brasileiros confiam muito ou razoavelmente nas igrejas, mas apenas 27% confiam nos partidos políticos, 32% confiam no Congresso, 36% confiam no Supremo Tribunal Federal, e 31% confiam na Justiça Eleitoral. Segundo os índices do Datafolha, os números são ainda menores, com apenas 16% dos brasileiros aprovando o trabalho do Congresso Nacional. Curiosamente, são os mesmos números apurados no primeiro ano da 56ª legislatura, em 2019.

A cisão do tecido social no Brasil e em diversos países, orquestrada via uso maciço de “fake news” pelo populismo autoritário, para além da degradação sensível da percepção de legitimidade das instituições democráticas, incluídos aqui seus parlamentos, impactou a capacidade cognitiva da população e de seus representantes quanto a legitimidade das evidências científicas, por exemplo a respeito das mudanças climáticas. Pelos dados da mesma pesquisa, 1 a cada 5 brasileiros acredita que o Planeta Terra não é redondo, e 27% acreditam que o ser humano não foi à Lua. Este é quadro do qual partimos nesse novo ciclo político, iniciado no batismo de fogo de janeiro de 2023.

O grave aprisionamento intelectual causado por este processo na esfera pública de debate, onde o Congresso Nacional tem especial destaque, conduz a um contingente expressivo de parlamentares negacio-

nistas se posicionarem apenas em busca de fragmentos de discursos para uso em redes sociais, com fins a difusão de falas conspiracionistas, anti-ciência, e contrárias aos direitos de minorias e à agenda ambiental. Muitos destes, proferidos mesmo em plenários vazios, cujo objetivo não é o debate de ideias ou a avaliação da realidade, mas sim o desvio da atenção pública, a representação onipresente da escolha já feita na produção, encenam uma teatralização que busca suplantar a representatividade da vida. *A sociedade do espetáculo* de Guy Debord (1997).

o espetáculo não pode ser entendido como o abuso de um mundo de visão, produto de técnicas de difusão massiva de imagens. É, antes, uma *Weltanschauung* que se tornou eficaz, traduzida materialmente. É uma visão de mundo que se tornou objetivada.

O Congresso Nacional reflete a estrutura social do país e sua pluralidade ideológica, e as maiorias se conformam de acordo com o espírito do tempo, ou *zeitgeist*, em que operam. Até muito recentemente, e sob a égide em que foi eleita essa legislatura, esse espírito foi de extremismo político, ruptura de diálogo, legitimação da violência, além da rotulação de inimigos internos. Um exemplo muito ilustrativo desse processo foi a instalação, logo nos primeiros atos dessa legislatura, da CPI das Ongs. Esta conformação parlamentar, representativa de um país em crise de identidade, traduz eminentemente uma visão cosmo-fóbica e avessa às formas diversas de ser, à pluralidade de culturas indígenas, tradicionais, e religiosas do Brasil. Nas palavras do pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, em *A Terra dá, a Terra quer*:

Como foram proibidos, lá em gênesis, de comer o fruto proibido, eles passaram a ter medo da mata e dos seres que lá vivem, por temerem ser castigados. Como o cosmo para nós são todos os elementos do universo, então eles têm medo, e como têm medo, eles destroem. Todo mundo que tem medo, tenta destruir aquilo que lhes assombram.

2. Fatores estruturais da conformação do atual Congresso Nacional brasileiro

Diversas tendências preocupantes da política internacional se manifestam na conformação desta legislatura, mas, alguns fatores podem apontar cenários promissores. Cinco bancadas partidárias são centrais para compreender a atual correlação de forças na política nacional e no Congresso: o Partido Liberal (PL), que já abrigou José Alencar, vice-presidente do primeiro mandato de Lula em 2003, mas hoje é situado num espectro político de extrema-direita; partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, o PL atualmente conta com a maior bancada da Câmara dos Deputados e a segunda maior do Senado, com 96 deputados e 12 senadores, e tem grande representatividade na política estadual, com 2 governadores, e 129 deputados estaduais. A esta bancada se seguem a União Brasil, com 59 deputados e 9 senadores, além de 4 governadores, e 98 deputados estaduais, e o Republicanos, com 41 deputados e 4 senadores, além de 1 governador e 76 deputados estaduais.

Cabe ressaltar que, a despeito da retórica eleitoral acirrada do União Brasil e do Republicanos, os quais surfaram na onda bolsonarista e anti-ambientalista, atualmente compõem a base parlamentar do governo Lula, com ministérios e autarquias. Isso sinaliza, ao menos em parte, que seu crescimento eleitoral não implica necessariamente um crescimento colateral do extremismo político representado pelo PL, mas sim, muito provavelmente apenas mais signo do adesismo político tradicionalmente representado pelo MDB e outros partidos do dito “Centrão), que por décadas reproduzem o estamento burocrático descrito pelo cientista político Raymundo Faoro, ainda nos anos 50, em *Os Donos do Poder* (2012). Em suas palavras: “O Estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira.”

No campo da esquerda, nesta legislatura destacam-se no engajamento pró-meio ambiente o PT, partido do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, atualmente com 80 deputados, 8 senadores, 4 governado-

res e 118 deputados estaduais, e a federação PSOL-Rede com 14 deputados, e, desde a desfiliação de Randolfe Rodrigues, nenhum representante no Senado Federal, além de 23 deputados estaduais.

Os grandes derrotados do processo eleitoral foram definitivamente as legendas que governaram o país na primeira metade do atual ciclo democrático, nas presidências de 1985 a 2002, nomeadamente o PSDB e o MDB – este último também exercendo a presidência entre 2016 e 2018, após o impeachment de Dilma Rousseff e a assunção de seu vice, Michel Temer. Tal declínio também se manifestou em setores da esquerda tradicional, como PDT e PSB, cujas figuras de Leonel Brizola e Miguel Arraes tiveram grande destaque na política brasileira do século XX. Com a exceção de Lula e do PT, as elites políticas da redemocratização, das Diretas Já e da Constituinte estão sendo gradualmente substituídas por novas gerações e novos arranjos partidários e políticos, mais polarizados à direita e à esquerda no campo ideológico.

Em consonância com estas novas representatividades, a atual legislatura reflete também alguns avanços muito significativos para segmentos marginalizados da sociedade brasileira. Exemplos emblemáticos foram as eleições, em dois dos colegiados eleitorais mais conservadores do Brasil, Minas Gerais e São Paulo, de deputadas federais trans e indígenas, (Erica Hilton (PSOL/SP, Sônia Guajajara (PT/SP, Duda Salabert (PDT/MG) e Célia Xakriabá (PT/MG), indicando algum arrefecimento em preconceitos arraigados da sociedade brasileira. De igual maneira, esta foi a primeira eleição na história do país em que houve a presença de candidaturas indígenas em todas os estados da federação, embora, por seu perfil auto-declaratório, essa categoria incluía também, por exemplo, inserções questionáveis como a do atual senador e ex vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos/RS).

No que se refere ao campo ambientalista, o saldo da eleição proporcional de 2022 é negativo. Apesar da atuação destacada do Congresso Nacional como locus de resistência institucional ao projeto bolsonarista, a bancada ambientalista diminuiu, e alguns dos seus nomes mais destacados não lograram a reeleição. Contudo, a nomeação de Rodrigo

Augustinho (PSB/SP) e Joênia Wapichana (REDE/RO) ao alto escalão do governo federal como presidentes do IBAMA e da FUNAI, respectivamente, pode induzir uma maior articulação direta e relações mais próximas com o legislativo nacional por estas duas autarquias, centrais à pauta ambientalista.

3. Liderança de governo, convergência e rejeição à pauta ambientalista no Congresso Nacional

A bancada ambiental na Câmara sofreu um profundo refluxo, se comparada às bancadas de legislaturas passadas. Tomando como referência o ano de 2007, com 278 parlamentares, hoje é possível estimar esse número em pouco mais da metade, tomando por base a votação do Marco Temporal (PL 490/07), onde apenas 155 parlamentares se opuseram àquela matéria tão emblemática para o campo socioambiental. Contudo, não apenas dessa equação simples que devem derivar análises e projeções, mas sim, das minúcias. Tomando por base ainda essa mesma votação, é necessário olhar com lupa dois pontos: a posição do governo, e a posição dos partidos integrantes da base do governo.

O governo federal posicionou-se de maneira pública contrariamente ao PL 490/07, com manifestações oficiais do Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, e Ministério da Justiça, além, naturalmente, do posicionamento e orientação formal da liderança de governo na Câmara, contrária ao projeto de lei. Contudo, entre o aglomerado político denominado base de governo e os efetivos votos parlamentares, estão as lideranças partidárias que liberaram o voto de suas bancadas, ignorando a orientação do governo quanto à matéria.

Desse movimento se podem inferir, três conclusões: 1) o governo se posicionou perante a opinião pública, mas não se posicionou politicamente de forma efetiva na questão, alinhando uma posição apenas pro forma com sua base, pois, se essa fosse de fato uma votação de seu interesse, não seria admissível a liberação das bancadas sem a admoestação

de suas lideranças e sem haver consequências desse não alinhamento; 2) partidos da base de governo se insurgiram de maneira sutil e coordenada, de modo a perseguir seus interesses regionais, e aproveitaram para mandar um recado claro buscando sinalizar um aumento na tensão por seus votos a favor do governo. Por fim, é possível ensejar a composição entre essas duas possibilidades: 3) o governo federal, ao se posicionar politicamente na matéria sem demonstrar firmeza, pode ter dado inadvertidamente um sinal lido como fraqueza ao Congresso Nacional, e, por conseguinte, foi desafiado pelas lideranças partidárias que aderiram à base de governo após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, bases essas anteriormente aderentes ao bolsonarismo.

O corolário dessas movimentações, as quais não trouxeram consequências por seu não alinhamento, denota a alta probabilidade de futuros testes à vontade política efetiva da liderança de governo por uma base pouco fiel às suas orientações, e notoriamente anti-ambientalista. Esses três cenários ilustram a complexidade de auferir o tamanho efetivo da bancada ambiental no Congresso Nacional, mas permitem ao menos deduzir um piso mínimo de votos pró meio ambiente na Câmara dos Deputados. Em breve essa mesma matéria será votada também no Senado, e poderemos inferir o tamanho mínimo desta bancada, também naquela casa.

Contudo, mesmo essa métrica mínima poderá ter uma inflexão significativa, a depender da conjuntura. Se contarmos a adesão da base inicial do governo (partidos da Federação Brasil Esperança, vencedora da eleição presidencial), quando as matérias que forem pautadas no Congresso Nacional envolverem projetos de interesse do governo, mas que se oponham ao campo socioambiental em questões legislativas sensíveis como exploração de petróleo ou grandes projetos de infraestrutura em áreas sensíveis ambientalmente, por exemplo, é possível prever um número ainda menor de adesões à pauta ambiental, algo que as futuras votações irão atestar.

Assim, o ponto nevrálgico quanto ao tamanho da bancada ambientalista e a votação de matérias importantes ao meio ambiente no

Congresso, não é, centralmente, a posição pública do governo, mas, sobretudo, seu engajamento efetivo nas matérias de seu interesse. Desse parâmetro decorrerá o sucesso, a derrota ou a postergação de inúmeros projetos com baixo nível de consenso no parlamento, como a PEC do Clima, a Lei do Mar, a PEC do Cerrado, e dispositivos presentes na discussão atual sobre a Reforma Tributária, que buscam incentivar cadeias econômicas da sociobiodiversidade e tributar agrotóxicos e alimentos potencialmente nocivos à saúde, por exemplo.

4. Convergência ambiental no Congresso Nacional, uma análise quantitativa

Inspirado por iniciativas em diversos países, e, no Brasil, em especial pelo trabalho conduzido pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) durante as prévias eleitorais para a Assembleia Constituinte de 1988, onde foi iniciada a publicação *Quem é Quem*, foi percebida pela sociedade civil a necessidade de criação de um índice específico de acompanhamento, transparência e *accountability* para a atuação parlamentar socioambiental, com fins de orientação de voto e avaliação de desempenho político no campo socioambiental.

Haja vista os retrocessos políticos nos últimos 10 anos, desde a aprovação do Código Florestal até a eleição do governo federal anterior, ativamente anti-ambiental, percebeu-se como necessária a estruturação de métricas precisas e uma estratégia de comunicação para a qualificação do voto ambiental no Brasil. Além disso, um instrumento balizado no comportamento parlamentar permite à sociedade traçar cenários políticos futuros valiosos para sua própria atuação parlamentar. Desta forma, quando da eleição parlamentar em outubro de 2022, o Instituto Democracia e Sustentabilidade traçou os cenários prováveis para a 57ª legislatura, por meio da iniciativa Farol Verde, que mede a convergência e oposição das bancadas federais à agenda política socioambiental. O projeto selecionou critérios diversos, tais quais a 1) inclusão ou exclusão da ordem do dia de uma matéria relevante; 2) a

urgência, e, naturalmente, 3) as posições favoráveis ou contrárias referentes às principais votações socioambientais na Câmara e no Senado durante a 56ª Legislatura, que permitiram traçar as conclusões que serão apresentadas a seguir.

A análise de posições na votação de Projetos de Lei, Propostas de Emenda Constitucional e Medidas Provisórias embasou a construção de um Índice de Convergência Ambiental por matéria (ICAM) e de um Índice de Convergência Ambiental “total” (ICAT). A convergência ambiental por matéria foi calculada tomando-se por referência qualitativa a votação da liderança da bancada ambientalista, na pessoa do(a) coordenador(a) da Frente Parlamentar Ambientalista, na Câmara e no Senado. Dessa forma, em cada votação, os parlamentares que mantiveram alinhamento com essa referência ambientalista mantiveram o índice máximo, e os que votaram na matéria ou solicitaram destaques divergentes ao posicionamento da Frente, ou ainda, aqueles que não votaram nas matérias, requerimentos, ou destaques, não pontuaram, reduzindo assim, gradualmente, seus índices de convergência.

Votações emblemáticas, tais quais a regularização fundiária, a flexibilização de leis florestais, o Dia dos Povos Indígenas, a urgência da mineração em terras indígenas, a liberação de agrotóxicos, a flexibilização de licenças ambientais, os mercados de emissões, os pagamentos por serviços ambientais e a água como direito fundamental foram tomados como referência por sua centralidade na agenda ambiental e seus impactos diretos na população.

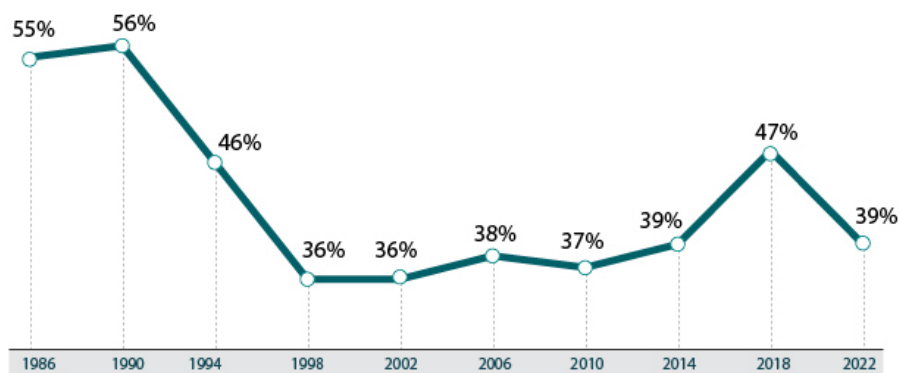
Deste extrato, e conforme a correspondência com o posicionamento orientado pela Frente Parlamentar Ambientalista, depreendeu-se que o número de deputados federais verdes reeleitos com ICAT superior a 50% caiu de 30% para 27%, e a proporção de deputados federais moderados caiu de 33% para 30,4%. O número daqueles parlamentares que se opuseram sistematicamente à proteção ambiental, por outro lado, aumentou de 37% para 42,6%.

Outro fator importante registrado nas eleições de 2022 foi a significativa queda geral na renovação de mandatos na Câmara dos Deputados,

com apenas 39,38% de parlamentares eleitos para um primeiro mandato naquela casa, se comparado a alta registrada em 2018, de 47,37%. O percentual de 2022 se reaproximou da média histórica do período de “normalidade” da política nacional, de 1994 a 2014, de 37%.

FIGURA 1. A renovação da Câmara.

Deputados novos (primeiro mandato) a cada legislatura



Fonte: Secretaria-Geral da Mesa/Cedi. Arte: Agência Câmara 16/12/22.

Para os fins desta análise, é fundamental analisar especificamente a renovação e perda de mandatos para a bancada ambientalista, na transição da 56ª para a 57ª legislatura. Neste ponto, vale destacar alguns parlamentares de grande relevância no período de 2019 a 2022, que não lograram a reeleição, dentre os quais: Vilson da Fetaemg (PSB/MG), Rodrigo Augustinho (PSB/SP), Camilo Capiberibe (PSB/AP), Ted Conti (PSB/ES), Mauro Nazif (PSB/RO), Alessandro Molon (PSB/RJ), Elias Vaz (PSB/GO), Rafael Motta (PSB/RN), Gonzaga Patriota (PSB/PE), Prof. Israel Batista (PSB/DF), Cassio Andrade (PSB/PA), Tadeu Alencar (PSB/PE), Bira do Pindaré (PSB/MA), Célio Moura (PT/CE), Vicentinho (PT/SP), Merlong Solano (PT/PI), Jesus Sérgio (PT/AC), Leo de Brito (PT/AC), Prof Rosa Neide (PT/MT), Frei Anastácio Ribeiro (PT/PB), David Miranda (PDT/RJ), Leonidas Cristino (PDT CE), Gustavo Fruet (PDT/PR), Prof. Marcivânia (PCdoB/AP), Perpétua Almeida (PCdoB/AC), Orlando Silva (PCdoB/SP),

Ivan Valente (PSOL/SP), Vivi Reis (PSOL/PA), Joenia Wapixana (Rede/RR), Júlio Delgado (PV/MG), Daniel Coelho (Cidadania/PE), Raul Henry (MDB/PE), Felipe Rigoni (União Brasil, ES).

Na relação acima estão presentes algumas das principais lideranças ambientalistas da 56ª legislatura na Câmara federal, e dois fatores saltam aos olhos. Em primeiro lugar, a derrota eleitoral de parte significativa da bancada ambientalista da esquerda tradicional, sobretudo do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e, em segundo lugar, o esvaziamento da representação parlamentar ambientalista amazônica, fator que merece especial atenção.

Um total de 8 parlamentares altamente convergentes com o meio ambiente da região amazônica não obtiveram sucesso em suas candidaturas de reeleição, dentre os quais se destacam Camilo Capiberibe (PSB/AP), Joênia Wapixana (REDE/RR) e Perpétua Almeida (PCdoB/AC), sendo apenas 26% o índice de reeleição nos estados da Amazônia para deputados com mais de 50% de ICat, considerados deputados verdes. No sentido oposto, deputados federais com ICat inferior a 30% (anti-ambientais) obtiveram taxas de reeleição recordes na Amazônia, com um índice total de 58,5%, um percentual mais que duas vezes maior que o dos candidatos “verdes”, e 20 pontos percentuais acima da média da Câmara Federal.

Tal cenário, mesmo considerando o prospecto de alguns deputados em primeiro mandato, mas com potencial positivo de atuação ambiental, como Amom Mandel (Cidadania-AM), mais os reeleitos cujo perfil de votação pró meio ambiente já é bem traçado, como Socorro Neri (PP-AC), permite antever uma bancada amazônica com queda de convergência ambiental aproximada de 43% para 35%.

Houve, todavia, uma compensação parcial, nacional, para as perdas da bancada ambiental nestas eleições, com parlamentares de novo mandato compensando parte das não reeleições de deputados ambientalistas. Destes, destacam-se alguns novos deputados federais com reconhecida trajetória ambientalista prévia, tais quais Juliana Cardoso (PT/SP), Camila Jara (PT/MT), Denise Pessoa (PT/RS), Marina Silva (Rede/SP),

Dandara (PT/MG), Guilherme Boulos (PSOL/SP), Sônia Guajajara (PSOL/SP), Duda Salabert (PDT/MG), e Carol Dartora (PT/PR).

Esta análise focou-se na Câmara dos Deputados em razão do tamanho deste espaço, mas também pela razão que, no Senado, considerando-se os novos parlamentares, as não reeleições e os índices de convergência ambiental médios de cada partido, foi possível aferir uma mudança pequena na correlação prévia de forças, com a perda provável de apenas dois votos convergentes às pautas climáticas e socioambientais, algo que, naturalmente, será confirmado brevemente em plenário.

5. Considerações Finais

O Congresso Nacional, durante o ciclo político sob a presidência de Jair Bolsonaro, apesar da baixíssima aprovação perante a opinião pública, fortaleceu-se institucionalmente de maneira nunca antes vista às custas do Poder Executivo, sobretudo na administração do orçamento público, na quantidade de emendas parlamentares executadas e com o exercício das emendas de relator e orçamento secreto, talvez o maior escândalo de disfuncionalidade institucional e patrimonialismo da história política recente brasileira. Felizmente, os freios estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal no exercício de suas atribuições contiveram parcialmente o cripto-parlamentarismo brasileiro, trazendo maior estabilidade política à democracia brasileira.

Sem controle externo do poder executivo, como em um parlamentarismo oficial onde o presidente pode dissolver o Congresso e convocar novas eleições se não houver governabilidade, por não existir essa possibilidade no presidencialismo de coalizão em que vivemos, o Congresso controlava grande parte do orçamento público, bem como empunhava a espada de Dâmocles sobre a cabeça de qualquer presidente, com a banalização do recurso ao impeachment. Neste respeito, é ilustrativo o rebaixamento de 5 posições do Brasil pelo *Democracy Index 2022*, atualmente no 51º lugar de um total de 167 países, atrás de África do Sul, Cabo Verde, Jamaica e Argentina, por exemplo.

O índice de renovação de mandatos, atualmente em 39,38%, em acordo com a média histórica dos períodos de consolidação institucional das duas últimas décadas, de 37%, pode ser um indicativo estrutural e silencioso de maior estabilidade política para a democracia brasileira, sinalizando um possível arrefecimento da postura anti-ambiental por parte das bancadas do União Brasil e Republicanos, por terem aderido a base de governo. A efetividade e firmeza do posicionamento da liderança do governo no Congresso, e do Governo Federal, que será muito provavelmente testado repetidas vezes por sua base neófito, será o ponto de equilíbrio dessa equação.

As consequências deste rearranjo político serão percebidas muito brevemente não apenas nas decisões orçamentárias do governo, mas, provavelmente, também na ausência de decisões importantes que visem o enfrentamento das questões que induzem a representação parlamentar brasileira ser tão avessa à ciência, ao meio ambiente, e aos direitos fundamentais de comunidades tradicionais. Sobretudo, um pano de fundo maior precisa ser questionado na política brasileira, um dos pilares elencados por Leonardo Avritzer (2023) como condição da retomada de uma democracia funcional no Brasil.

Herança do regime de exceção, a geopolítica militar de Golbery do Couto e Silva segue influenciando, junto do poder militar, o modelo de ocupação e “desenvolvimento” da Amazônia. Conceitos como “vazio demográfico” que caracterizam a floresta, mas jamais são aplicados a latifúndios improdutivos e terras degradadas pela pecuária primitiva, e o projeto do eixo de infraestrutura norte-Pacífico norteiam o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de formar gerações após gerações de algumas das burocracias mais importantes do país, como o Itamaraty e a Escola Superior de Guerra, ambas com profunda influência na política nacional, do executivo ao legislativo.

O combate ao desmatamento e ao garimpo, realizados atualmente por operações de comando e controle, são combates aos efeitos dessa concepção geopolítica em exercício por décadas, de transladar populações sem familiaridade com a Amazônia e o Cerrado para estes terri-

tórios, e enquadrar tais biomas como obstáculos ao desenvolvimento, gerando algumas das mais atrasadas relações econômicas e sociais. Não haverá a inflexão necessária desse projeto geopolítico brasileiro e suas consequências apenas com a estabilização promovida pelos arranjos possíveis de governabilidade do presidencialismo de coalizão atual, uma vez que tal projeto de fundo é defendido tanto por setores da esquerda quanto pela direita. Se inserindo na lógica patrimonialista de nossa cultura política, esse é o mesmo modelo histórico que levou à destruição da Mata Atlântica pelos latifúndios agro-exportadores dos séculos passados, e que reproduz a instrumentalização do atraso por uma modernidade concentradora e excludente. Isso, que Chico de Oliveira descreve como sendo o eixo geral da economia política do Brasil no século XX (2003), é o desafio a ser superado no século XXI.

Mudar tal concepção de país, que perpassa os dois poderes decisores da república, não é uma tarefa simples. Neste tocante, atuar junto à 57ª legislatura em matéria ambiental será muito desafiador, haja vista o aumento das bancadas anti-ambientais mais recalcitrantes do Congresso, nomeadamente o PL, PP, Republicanos e União Brasil, as quais comandam o impressionante número de 48% dos votos na Câmara Federal.

Contudo, em outra direção, salta aos olhos o índice de reeleição dos deputados ambientalistas candidatos em 2022 para a Câmara Federal, acima da média do restante daquela casa. Dos parlamentares com convergência acima de 50% nas agendas ambientais chaves, o índice de reeleição foi de 63%, traduzindo um total de 82 reeleitos. Na mesma linha, dos 25 deputados candidatos à reeleição com índices de convergência ambiental acima de 90%, 16 obtiveram sucesso, configurando um índice ainda maior, de 64% de reeleições, 15% superior à média geral de reeleição para a Câmara Federal. Tais números trazem perspectivas favoráveis à aproximação do contingente de 202 novos deputados federais com a causa socioambiental, talvez o passo mais estratégico a ser dado pelo advocacy da sociedade civil.

Tais números da Câmara dos Deputados, mesmo modestos, são importantes sobretudo em razão de haverem sido conquistados frente

ao ambiente político dominado por um discurso político radicalmente anti-ambiental, cosmofóbico e eivado de dissonâncias cognitivas do governo federal anterior. Atualmente, é perceptível uma guinada de 180° em relação ao discurso ambiental do governo federal. Declarações, consolidação ministerial, reestruturação de autarquias e a iniciativa de promover no Brasil eventos ambientais internacionais diversos, tais quais os Diálogos Amazônicos, a Cúpula Amazônica, e a Conferência das Partes (COP) 30, pautam no centro da agenda política do país a narrativa em defesa do meio ambiente e dos povos tradicionais, algo que deverá ampliar sensivelmente a comunicação e a percepção do eleitorado em geral para essas temáticas, com possíveis reverberações diretas na atuação ambientalista no Congresso, bem como nas próximas eleições parlamentares, em 2026. Neste tocante, a pesquisa Mudanças Climáticas na Percepção dos Brasileiros aponta um cenário muito favorável: 74% do eleitorado brasileiro concordam em proteger o meio ambiente, mesmo que isso implique menos crescimento econômico, e 50% já votaram em candidatos motivados por questões ambientais. Existe um horizonte.

A democracia no Brasil é uma velha ideia, e um regime criança. Ela remonta ao iluminismo do século XVIII, das Conjurações Baiana e Fluminense, mas o fato é que desde aqueles primeiros movimentos, apenas agora o Brasil pôde experimentar mais de 30 anos de democracia, ainda que incompleta. Isso significa que nunca uma família com 3 gerações pôde se reunir e debater política com total liberdade, pois pelo menos duas delas foram formadas como sujeitos políticos durante períodos de autoritarismo. Pais, filhos e netos nunca puderam conversar sobre suas escolhas políticas sem o recalque, sem a sombra de uma cultura de medo e violência, repressora dessa liberdade. Construir uma democracia plena leva tempo, pois é necessário construir não apenas as instituições democráticas, mas também uma cultura democrática que permeie aqueles que ocupam essas instituições, sobretudo no Congresso.

Recentemente a democracia brasileira foi golpeada, mas resistiu. Na história brasileira temos exemplos, como em 1961, onde a resistência da população e das instituições garantiu a posse de João Goulart, após a

Campanha da Legalidade. A resistência à tentativa de golpe do general Sylvio Frota, em 1977, tornou a distensão inevitável, e logo viria a nascer a campanha das Diretas Já. Eventos como o 08 de janeiro de 2023 geram abalos, mas geram também reações que fortalecem as bases maiores da democracia, que são a afirmação da pluralidade, da transparência, da participação e do Estado de Direito.

Um espírito renovado de cooperação democrática entre a sociedade civil organizada, imprensa, universidades, Ministério Público e o poder judiciário, e também empresas com visão de futuro, que evidencie a pesquisa, a inovação científica e o diálogo com as boas práticas do mundo, pode orientar decisivamente a produção legislativa no Congresso Nacional, bem como cobrar que este se posicione naquilo que é sua função precípua mais esquecida, a fiscalização dos demais poderes, ao invés de sequestrar as atribuições do executivo. Amparar a consolidação institucional da democracia e delinear um novo modelo de desenvolvimento sustentável que seja condizente com o enorme potencial da economia verde que se abre no século XXI poderá alavancar uma nova economia política com significativamente maior prosperidade, liberdade política, responsabilidade ambiental e inclusão social no Brasil.

Referências

AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; & BRAGATTO, Rachel (Orgs). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. São Paulo: Autêntica., 2023

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto., 1997.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro**. 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora Globo, , 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra dá, a Terra quer**. São Paulo: Ubu Editora., 2023.

<https://www.camara.leg.br/noticias/911393-com-mais-deputados-reeleitos-e-menos-novatos-renovacao-da-camara-sera-de-39/> acessado em 17/09/2023 <https://datafolha.folha.uol.com.br/avaliacao-de-governo/acessado-em-17/09/2023>

<https://farolverde.org.br/> acessado em 17/09/2023

<https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/noticia/2023/09/12/lulistas-x-bolsonaristas-da-adesao-ao-golpismo-a-legalizacao-das-drogas-pesquisa-traca-raio-x-dos-dois-grupos.ghtml> acessado em 17/09/2023

<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2022/>, acessado em 17/09/2023

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/15/datafolha-congresso-e-reprova-do-por-33percent-dos-brasileiros-e-aprovado-por-16percent.ghtml>, acessado em 17/09/2023

<https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>, acessado em 17/09/2023

<https://www.percepcaoclimatica.com.br/>, acessado em 17/09/2023

https://itsrio.org/wp-content/uploads/2023/06/221715_PERCEP%C3%87%C3%83O-SOBRE-QUEIMADAS_R3_15.03.pdf, acessado em 17/09/2023

Marcos Woortmann, Cientista Político e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília, é Coordenador de Política Socioambiental do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Líder da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), e conselheiro do Instituto Physis Cultura e Meio Ambiente e empresário.